BIOECONOMIA E CAPTURA VERDE ATRAVÉS DE MONOCULTIVOS DO DENDÊ: o caso do Vale do Acará no estado do Pará

BIOECONOMY AND GREEN CAPTURE THROUGH OIL PALM MONOCULTURES: the case of the Acará Valley in the state of Pará

Stephanie Machado Vieira Brito*
Elielson Pereira da Silva**
Marcela Vecchione Gonçalves***

Introdução

A Pan-Amazônia ocupa posição central na definição da agenda governamental para práticas e novas modalidades de cooperação, governança e financiamento, bem como na formulação de políticas de desenvolvimento que envolvem a participação de atores privados e a relação com os territórios. Já se constatou que a forma como a humanidade tem se relacionado com o planeta Terra tem provocado crises ecológicas e injustiças sociais, impulsionadas pelo compromisso com a acumulação de capital e o crescimento econômico, desaguando em políticas predatórias que não questionam o projeto de modernização (Almeida *et al*., 2023).

A bioeconomia é apresentada como uma medida "alternativa", buscando incorporar critérios de sustentabilidade para "enverdecer" o modelo neoextrativo de desenvolvimento econômico e fomentar a transição energética. Sustentada por uma gramática de poder baseada em deslizamentos semânticos, que produzem justificativas pretensamente legítimas, imparciais e universais (Silva; Marín, 2021), o novo paradigma tecnológico, econômico e político em curso repete práticas e abstrações coloniais, conjugadas à acriticidade dos fundamen-

* Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. E-mail: s.vieirabrito2@gmail.com. ORCID https://orcid.org/0009-0009-8363-1767.
** Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Belém, PA, Brasil. E-mail:elielson.silva@ufra.edu.br. ORCID https://orcid.org/0000-0002-7308-5792.
*** Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. E-mail: marcelavecchione@gmail.com, ORCID https://orcid.org/0000-0002-9171-5161.

tos institucionais da economia de mercado (Boltanski; Chiapello, 2022; Polanyi, 2012).

No âmbito da proposta de bioeconomia apresentada pelos atuais governos (nacional e estadual) para a Amazônia, destaca-se a promoção dos monocultivos de dendê no nordeste paraense como elemento central da contribuição do estado do Pará à transição energética. O dendê, classificado como uma *flex crop* (cultura flexível), é fonte para a produção de agrobiocombustíveis, cosméticos e alimentos, resultando em biomassa renovável capaz de substituir parcial ou totalmente os combustíveis fósseis. A sua implantação representa não apenas uma suposta "transição verde", mas também a continuidade da apropriação, do cercamento das terras e territórios dos povos e comunidades tradicionais e outras formas de apropriação de forma violenta (MBembe, 2018a).

Nesse contexto, este estudo desenvolverá uma análise qualitativa a partir da seguinte questão: de que maneira a expansão da bioeconomia do dendê no nordeste paraense caracteriza a apropriação de terras e a violação dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais? Além da introdução, das conclusões e das referências, a estrutura do trabalho incluirá uma primeira seção dedicada à dinâmica da implantação do dendê no Brasil e em outros países de clima tropical úmido; uma segunda seção voltada à análise da política de descarbonização via bioeconomia, mediante a implementação de políticas públicas como o Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP); e, posteriormente, a discussão do fenômeno da "captura verde" (Backhouse, 2013) no Pará, detalhando os processos de apropriação e privatização de terras em municípios como Tomé-Açu e Acará, regiões de forte concentração de monocultivos de dendê.

A terceira seção analisará como os conflitos fundiários relacionados ao dendê têm provocado assassinatos e a criminalização de lideranças e outros agentes sociais pertencentes a povos quilombolas e indígenas nesses municípios. Tais conflitos são, em geral, justificados pelo discurso da necessidade de expansão das exportações de energia, mineração e agronegócio.

Por fim, abordaremos, de forma parcial e conclusiva, que a política bioeconômica do dendê no Vale do Acará é proposta como alternativa sustentável, porém impõe um modelo de produção homogêneo, pois causa profundas transformações nas práticas culturais e modos de vida dos povos e comunidades tradicionais afetados pelo sistema monocultural. Além disso, promove concentração fundiária em favor dos empreendimentos de dendê, e a subjugação da vida ao poder da morte, conforme abordado por Mmembe (2018a). Tal modelo promove, portanto, a racionalização da agricultura para atender às demandas do grande capital.

A metodologia adotada será baseada em levantamento bibliográfico, análise documental e estudo situacional da dendeicultura no município de Tomé-Açu, com ênfase empírica nos casos envolvendo povos e comunidades tradicionais da região, e a empresa Brasil BioFuels (BBF).

1. Dinâmica da produção do dendê no Brasil e nos Trópicos Úmidos

Os dendezeiros *(Elaeis guineensis Jacq.)* africanos, também conhecidos como palma-de-guiné, são nativos da África ocidental; chegaram nas Américas durante a expansão colonial, fixando-se, de início, no estado da Bahia do século XVII. Lá, as palmeiras auxiliaram na formação de uma paisagem cultural complexa que continua a suprir de-

mandas alimentares e espirituais locais por óleo de palma – um recurso essencial em muitas expressões culturais afro-brasileiras. Na Bahia, os atuais plantios de dendê estão localizados na Costa do Dendê, seguindo o termo afro-brasileiro inspirado no Kimbundu Bantu *ndénde* (palmeira) para óleo de palma, e chegando a ocupar cerca de 70 km de terra, ao sul da capital Salvador (Watkins, 2020; Arquivo Nacional, 2021). Assim, a extração de azeite de dendê dos dendezais subespontâneos da costa baiana encontra-se intrinsecamente ligada às religiões de matriz africana, tão cultuadas naqueles territórios, ao contrário dos sentidos atribuídos comercialmente a esse mesmo cultivo no Pará e em Roraima.

Durante o período colonial, tanto os colonizadores, quanto a elite brasileira não se interessaram pela economia do óleo na Bahia, deixando-a, em grande parte, sob o controle das comunidades afrodescendentes até meados do século XX. Porém, desde então, as iniciativas de desenvolvimento moderno começaram a intervir, buscando converter as paisagens biodiversas e culturalmente ricas da Costa do Dendê em monoculturas de dendezeiros, baseadas em variedades híbridas de alto rendimento (Watkins, 2020).

Na década de 1940, a United Fruit Company estabeleceu as primeiras plantações de dendezeiros em toda a América Central como uma alternativa às plantações de bananas doentes por conta da doença do Panamá, bem como motivados pelas necessidades de abastecimento para a Segunda Guerra Mundial. Essa empresa também realizou distribuição de mudas de dendê para outros países da América Latina. A dendeicultura foi fomentada pelos países e organizações internacionais como parte dos programas de reassentamento de terras nas fronteiras florestais, nas décadas de 1970 e 1980, e como uma alternativa ao cultivo de coca, a partir da década de 1990, na Colômbia e, sobretudo, no Peru (Castellanos-Navarrete; Castro; Pacheco, 2021).

Recentemente, o dendê se expandiu como parte do esforço dos governos para a produção de biocombustíveis, mas também como estratégia de controle territorial visando dissuadir movimentos insurrecionais internos. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), até os anos 1970-1990 eram as nações africanas que comandavam a produção mundial do óleo de palma, mantendo a hegemonia, inclusive com relação ao tamanho de hectares plantados. No entanto, desde então, países asiáticos como a Indonésia e a Malásia passaram a dominar a produção global dessa *commodities* (Silva, 2015; 2020).

De acordo com dados de 2023 e 2024 da Foreign Agricultural Service (USDA), os principais países produtores de óleo de palma ainda são: Indonésia, que corresponde a 56% da produção global, equivalente a 43 milhões de toneladas métricas; seguido da Malásia, com 26% da produção global, equivalente a 19,71 milhões de toneladas métricas. E, dos países da América Latina, o Brasil ocupa o 10° lugar na classificação, com a produção de 585.000 de toneladas métricas, atrás da Colômbia, Nigéria (África), Guatemala, Papua Nova Guiné (Oceania), Costa do Marfim (África) e Honduras. Como podemos analisar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Principais países produtores de óleo de palma (2023/2024)

MERCADO	% DA PRODUÇÃO GLOBAL	PRODUÇÃO TOTAL (TONELADAS MÉTRICAS)
Indonésia	56%	43 milhões
Malásia	26%	19,71 milhões
Tailândia	5%	3,6 milhões
Colômbia	2%	1,88 milhões
Nigéria	2%	1,5 milhões
Guatemala	1%	890.000
Papua Nova Guiné	1%	820.000
Costa do Marfim	0,79%	600.00
Honduras	0,78%	595.000
Brasil	0,77%	585.000

Fonte: USDA, 2025.

Apesar da relevância para a economia do Sudeste Asiático, é importante analisar qual o choque da produção do monocultivo na América Latina, já que é uma região produtora do óleo em franca expansão no mundo. Como se observa, o óleo de palma tem um papel significativo nas cadeias globais de alto valor. É um tipo de produção que prospera em regiões de floresta tropicais úmidas de alta biodiversidade, as quais são, na grande maioria, habitadas por povos e comunidades tradicionais. No entanto, é possível observar o papel controverso que tem representado, pois as *plantation*s do dendê é um dos principais contribuintes para o desmatamento, destruição da biodiversidade, apropriação de terras, conflitos territoriais, liberação de gases de efeito estufa (GEEs) e outras violações de direitos humanos (Watkins, 2020; Castellanos-Navarrete; Castro; Pacheco, 2021; Backhouse, 2013; Marín; Silva; Saavedra, 2024).

Nesse sentido, é possível definir ao menos três trajetórias das *plantations* modernas do dendê na América Latina. São elas: 1) expansão por pequenos agricultores, mediante a chamada "agricultura por contrato", na qual os pequenos agricultores possuem a maior proporção da área total sob o óleo de palma; 2) expansão mista, na qual pequenos agricultores e produtores de grande escala possuem proporção semelhante da área total dos plantios; e 3) expansão baseada em agronegócios/*agrobusiness* de grande escala, na qual a maior parte das plantações é cultivada em grandes áreas. Países como a Brasil, Colômbia e Guatemala seguem trajetórias de expansão baseadas no agronegócio em grande escala (Castellanos-Navarrete; Castro; Pacheco, 2021).

Na Guatemala, existe uma intensificação de projetos de expropriação de terras para destiná-las às *plantations* modernas de palma de óleo. Com características de estrutura agrária profundamente antagônicas, são articuladas com o capital local e transnacional, Estado, legislações e políticas públicas neoliberais, as quais estruturam processos de desapropriação e exploração. Além de modelo de exploração e exportação de matéria prima, são também dependentes dos mercados internacionais (Sosa; Huz, 2015).

O cenário acima não se difere do que ocorre na Colômbia. Este país se configura como o quarto maior produtor mundial da palma de óleo e o primeiro da América Latina, com uma área plantada maior que 500 mil hectares (USDA, 2025; Silva, 2020).

E, em sua maioria, o fomento e ampliação desses monocultivos vêm gerando conflitos com povos e comunidades tradicionais que resistem a esses processos expropriatórios de seus territórios tradicionais (Silva, 2020).

Nos últimos 10 anos no Brasil, passou-se a realizar uma política de incentivo do plantio da palma de óleo alinhavada com as agroestratégias com foco na região amazônica, em especial no estado do Pará. Essas estratégias têm finalidade de ocupar as denominadas áreas degradadas. Segundo Monteiro (2020), a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (ABRAPALMA) apresentou o seguinte dado: em média, 88% da produção do óleo está concentrado no Pará, com a destinação de terras de 207 mil hectares para a cultura da palma de óleo.

Percebe-se, desde a década de 1970, que a expansão da fronteira do monocultivo do dendê na Amazônia, através da demanda de cultivos da palma de óleo, foi com fins de atender mercados de óleos vegetais e mais recentemente para o setor de biodiesel. As vantagens fiscais e de créditos ofertados ao capital agroindustrial e a flexibilização do mercado de terras foram fundamentais para o início da dendeicultura no estado do Pará. Os primeiros estudos foram financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que logo incentivou o plantio de 1.500 hectares de mudas da palma de óleo no município de Benevides e, nas décadas seguintes, nos municípios de Acará e Moju, numa expansão lenta. Desde 2004, a produção foi dinamizada em decorrência dos programas nacionais do biodiesel e depois da Palma de Óleo no Brasil (Almeida; Marín, 2014).

Essas diversidades de trajetórias do cultivo de dendê na América Latina estão vinculadas às economias políticas mais amplas, que influenciam as transformações agrárias e as estratégias de desenvolvimento. A predominância de modelos baseados no agronegócio em larga escala, observada em países como Guatemala, Colômbia e Brasil, decorre, em grande parte, de estruturas fundiárias historicamente desiguais, ou seja, de sistemas de propriedade da terra que impõem muitos entraves à concentração fundiária e, em determinados contextos, de políticas voltadas ao incentivo do cultivo de dendê que favorecem os grandes produtores (Castellanos-Navarrete; Castro; Pacheco, 2021).

Essa predominância de modelos baseados no agronegócio em larga escala é encontrada na região da Amazônia legal, como veremos a seguir.

2. Bioeconomia e política de descarbonização: os agrocombustíveis na Amazônia

Na Amazônia brasileira, o cultivo de dendê começou cerca de três décadas antes da crise do petróleo. Em 1942, Francisco Coutinho de Oliveira (1903-1961), então chefe do Campo Agrícola Lira Castro, ligado ao Ministério da Agricultura, introduziu as primeiras sementes de dendezeiro provenientes da Bahia. Posteriormente, o Instituto Agronômico do Norte (IAN) intensificou esses esforços (Homma, 2016). Já na década de 1970, o setor privado assumiu o protagonismo no mercado dessa oleaginosa (Muller; Furlan; Celestino, 2006).

Em 1964/65, foram estabelecidos acordos de cooperação técnica entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux (IRHO) – hoje Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour

le Développement (CIRAD) –, da França. O objetivo foi viabilizar a implementação de um Projeto Piloto de Dendê no Pará, elaborado por este último e lançado em 1966 pela SPVEA (Muller; Furlan; Celestino, 2006). No âmbito da SPVEA, a atuação insistente da engenheira química Clara Pandolfo foi fundamental para o delineamento das políticas oficiais de incentivo à dendeicultura.

Em 1968, foram realizados os primeiros plantios comerciais de dendezeiros no estado do Pará, em quadras localizadas no km 9 da Rodovia PA-391 (Belém-Mosqueiro), no então município de Benevides, hoje Santa Bárbara. Esses plantios estavam sob a administração da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que havia sucedido a SPVEA. Em 1974, o Projeto Dendê deixou de ser gerido pela SUDAM, passando a integrar um consórcio formado pela HVA International (Holanda), Cotia Trading e Dendê do Pará Ltda. (DENPAL), que depois se transformou na empresa Dendê do Pará S.A. (Muller; Furlan; Celestino, 2006).

A partir do ano 2004, a expansão do monocultivo de dendê no Pará passou a ganhar maior robustez, uma vez que o governo brasileiro, com o objetivo de impulsionar a produção nacional, implementou diversas políticas públicas, entre elas o Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) instituído pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2004. Uma de suas principais diretrizes era a inclusão da agricultura familiar nesse modelo de produção. Em 2010, foi lançado o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), que estabeleceu um projeto de zoneamento agroecológico com a finalidade de identificar áreas apropriadas para o cultivo de dendê na região amazônica (Silva, 2020).

O PSOP foi lançado pelo governo federal no município de Tomé-Açu/PA, sob o comando do Luiz Inácio Lula da Silva, em maio de 2010, com fins de regulamentar a expansão da produção de óleo de palma, especialmente na região amazônica, por meio de instrumentos normativos que assegurem uma produção sustentável. Seu objetivo principal foi o de direcionar a atividade para evitar o uso de florestas nativas, estabelecendo diretrizes para uma expansão que respeite critérios de sustentabilidade. Entre suas metas, destacaram-se a harmonização com a proteção e recuperação ambiental, o incentivo ao investimento, a promoção da inovação tecnológica e a geração de renda para os agricultores familiares. O programa enfatiza a proibição de utilização de áreas de floresta nativa e busca alinhar o desenvolvimento da atividade com práticas que respeitem o meio ambiente, promovam avanços tecnológicos e beneficiem economicamente a agricultura familiar (Monteiro, 2020).

Desde 2004, muitos programas nacionais foram implantados com o objetivo de incentivar a produção e uso do biodiesel, integrando a agricultura familiar nessa produção com fins de redução da emissão de gases de efeito estufa e incentivo de energias renováveis. Além de regulamentar e estimular a produção sustentável do óleo de palma na Amazônia, com foco na expansão da produção e utilização dos biocombustíveis, outros planos de governo foram lançados visando estimular práticas agrícolas sustentáveis com biocombustíveis. A seguir, uma tabela com as políticas:

TABELA 2 – Principais políticas relacionadas à bioenergia, transição energética, dendeicultura e bioeconomia no Brasil e no Pará

Política/Programa	Ano	Abrangência	Objetivo Principal
Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	2004	Nacional	Incentivar a produção e uso do biodiesel, com a inclusão da agricultura familiar.
Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP)	2010	Amazônia Legal (Pará incluso)	Regulamentar a expansão sustentável da produção de óleo de palma. Evitar o desmatamento e utilizar áreas degradadas.
Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo	2010	Amazônia Legal	Identificar áreas aptas ao cultivo de dendê, restringindo novos plantios em florestas nativas.
Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)	2010	Nacional	Promover práticas agrícolas sustentáveis para reduzir emissões de gases de efeito estufa.
Código Florestal (Lei nº 12.651/2012)	2012	Nacional	Regulamentar o uso da terra, proteção de florestas e áreas de preservação permanente, impactando diretamente a expansão agrícola, inclusive dendeicultura.
Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (Lei nº 8.097/2015 – Pará)	2015	Pará	Estabelecer diretrizes para adaptação e mitigação das mudanças climáticas no estado. Promover transição energética e uso sustentável da biodiversidade.
RenovaBio (Política Nacional de Biocombustíveis)	2017	Nacional	Incentivar a produção e o uso sustentável de biocombustíveis para reduzir as emissões no setor de transportes.
Estratégia Nacional de Bioeconomia	2023	Nacional	Estimular a inovação e o desenvolvimento sustentável em cadeias bioeconômicas, integrando biodiversidade, bioenergia e novas tecnologias.
Programa de Transformação Ecológica do Pará	2023	Pará	Impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono no estado, promovendo bioeconomia, energias renováveis e restauração florestal.
Política Nacional da Bioeconomia (proposta em 2023, em tramitação)	2023	Nacional	Criar um marco regulatório para consolidar o Brasil como líder mundial em bioeconomia, valorizando ativos ambientais e promovendo inovação tecnológica.
Estratégia Nacional de Bioeconomia	**2024**	Nacional	Fomentar o desenvolvimento sustentável da bioeconomia, especialmente na Amazônia.

Fonte: os autores.

Essas são as políticas públicas no projeto de descarbonização da economia, através da promoção da economia verde. Verifica-se que tais políticas procuram a promoção de sustentabilidade a partir do fomento às bioestratégias, tais como promoção do biodiesel, incentivo à utilização de áreas degradadas, reduções de gases de efeito estufa na agricultura e o incentivo de uma articulação com a agricultura familiar. No entanto, os desdobramentos negativos dessas políticas já são visíveis no Vale do Acará, nordeste paraense.

A monocultura de dendê tem gerado a substituição de ecossistemas diversos, favorecimento da captura de terras para a implementação do empreendimento por grandes corporações, enfraquecimento da

autonomia dos povos locais, precarização do trabalho e ruptura como o modo de vida tradicional. A pauta climática ambiental está sendo apropriada por interesses econômicos que se engendram pela economia verde e a transição energética para reforçar as desigualdades estruturais (Shiva, 2003; Backhouse, 2013; Li, 2015).

É nesse momento que se demarca um ponto de inflexão com relação aos monocultivos de dendezeiros na Amazônia, uma vez que são estabelecidas parcerias público-privadas com o intuito de ampliar a cadeia produtiva do dendê adicionando uma estrutura legislativa discursivamente pautada no desenvolvimento da sustentabilidade, bem como na inserção da agricultura familiar no modelo de agroindústrias do dendê. Ou seja, novos mecanismos de abertura para o capital e atração de empresas transnacionais para o nordeste paraense, atendendo a um contexto internacional de transição energética.

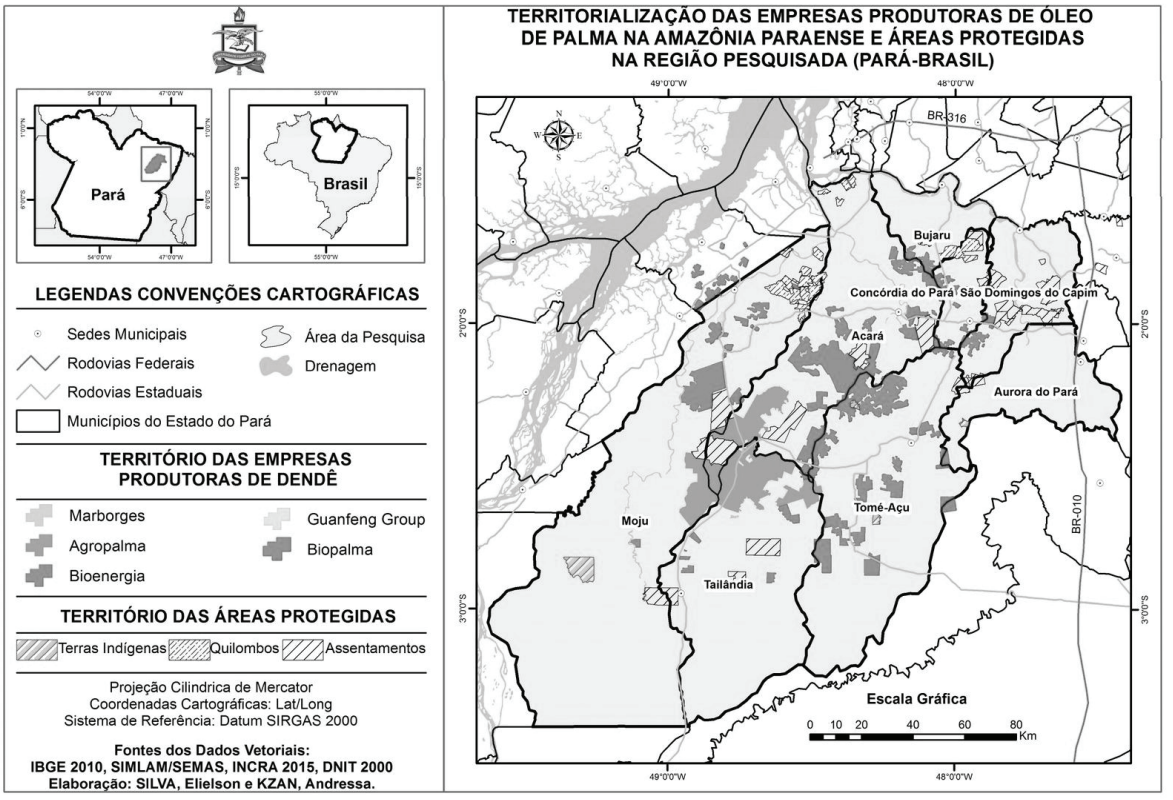
Essa combinação reverbera em processos de apropriação de terras, alinhadas às estratégias de sustentabilidade e de inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do dendê em seu formato de monocultura, conformando uma situação de "triplo ganho" em que o setor do agronegócio transnacional, proteção ambiental e desenvolvimento rural são mutuamente beneficiados (Backhouse, 2013). Essa estrutura criada conformou o chamado Polo Produtor de Óleo de Palma na região.

Os municípios desse Polo Produtor de Óleo de Palma são: 1) Tailândia; 2) Moju; 3) Acará; 4) Bonito; 5) Igarapé-Açu, 6) Santo Antônio do Tauá; 7) Tomé-Açu; 8) Concórdia do Pará; 9) Castanhal; 10) Santa Isabel do Pará; 11) São Francisco do Pará; 12) Capanema; 13) São Domingos do Capim; 14) Mãe do Rio; 15) São Miguel do Guamá; 16) Aurora do Pará; e 17) Capitão Poço. O Polo de dendê no Pará se configurou principalmente na porção do nordeste paraense, como é possível observar no mapa abaixo:

Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma), são as seguintes empresas que trabalham com o dendê no Pará: Agropalma, Belém Bioenergia Brasil S/A (BBB), Brasil BioFuels (BBF), Dendê do Pará S/A (Denpasa), Dendê Tauá S/A (Dentauá), Marborges Agroindústria S/A (Marborges), Agroindustrial Palmasa S/A (Palmasa) e a Vila Nova Agroindustrial LTDA. Essas empresas estão distribuídas por esses municípios, mas muitas possuem atuação em outros estados da Amazônia Legal também.

É na microrregião de Tomé-Açu que estão posicionadas 6 das grandes empresas de dendê e que possuem as maiores concentrações de terras. São três as formas distintas e complementares que as empresas utilizam para se apropriarem das terras: 1) adquirem imóveis rurais; 2) arrendam imóveis rurais; e 3) promovem transferência de terras da reforma agrária (Silva; Magalhães; Farias, 2016). Além disso, é importante notar que após 2010 empresas produtoras do dendê saíram do perfil apenas local, para empresas de capital estrangeiro, tais como a Petrobrás, mineradora Vale, e a multinacional norte-americana Archer Daniels Midland Company–ADM (Leão, *et.al.*, 2023).

Figura 1 – Territorialização de empresas produtoras de óleo de palma na Amazônia Paraense e áreas protegidas na região pesquisada



Fonte: adaptado de Silva; Magalhães; Farias, 2016, p.179.

A atração de empresas produtoras de dendê para o estado paraense trouxe como consequência um aprofundamento do comércio de terras, uma maior especulação, além de muitos territórios - etnicamente configurados - sendo intrusados e apropriados por essas empresas para a produção do monocultivo do dendê, uma vez que essa *commodity* está englobada na política estratégica para as agroenergias. É nesse movimento das fronteiras que emergem conflitos sócio-territorial-ambiental (Marín; Silva; Saavedra, 2023).

Segundo Backhouse (2013), esse movimento é reestruturativo das relações de acesso à propriedade de terras nas: 1) compras e especulação; 2) titulação acelerada; 3) relações de produção, agricultura familiar por contrato; e 4) trabalho nas plantações. Por meio do Programa Terra Legal (governo federal), do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e empresas de dendê, a titulação de terras foi concedida preferencialmente para estas últimas.

Nesse cenário, as estratégias de apropriação e ocupação de terras para o monocultivo do dendê implicam na questão fundiária da região. Aqui é importante destacar que, de acordo com a pesquisa realizada pela equipe multidisciplinar da Universi-

dade Federal do Pará, Ministério Público e Tribunal de Justiça do Pará, o Sistema Geográfico de Informação Fundiário (SIG-Fundiário) detectou que 22,7 milhões de hectares de áreas particulares e 18,5 milhões de terrenos públicos só existem no papel (Fioravanti, 2022).

Constata-se, portanto, uma cadeia de ações fraudulentas e criminosas que envolvem registros públicos, cadastro de terras, decisões judiciais, lavagem de dinheiro, com participação privadas e públicas nas três esferas de poder, demarcando o roubo de terras públicas. Essa ação é conhecida como grilagem de terras na Amazônia Legal. Documentos coligidos em estudos acadêmicos acurados, como os de Faro (2019) e Silva (2020), além de ações civis públicas movidas pela Promotoria Agrária do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e pela Defensoria Pública Agrária – ambas com atuação na região agrária de Castanhal, em geral as que abrangem as fazendas Roda de Fogo, Castanheira e Porto Alto –, desvelam a extensão e gravidade dos efeitos causados pela apropriação violenta de terras tradicionalmente ocupadas no Alto rio Acará.

3. Guerra nas *Plantations* Modernas de Dendê: infraestrutura de violência e o "sistema de máfia" nas áreas da plantação

As monoculturas de dendê aos moldes coloniais estão de volta. Tânia Li (2015; 2018), em seus estudos sobre a expansão dos plantios de dendê na Indonésia, afirma que essas monoculturas têm provocado uma série de danos nos territórios ou localidades em que essas *plantations* são implementadas, alterando todos os aspectos de suas paisagens, meios de subsistências e relações sociopolíticas.

Malcon Ferdinand (2022), intelectual filósofo martinicano, em seu livro *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*, se aprofunda nos modos de habitar a Terra de forma colonial e suas conexões com os racismos e a atual crise ecológica que vivemos, trazendo em especial as ilhas caribenhas como base empírica de seu trabalho. Para ele, o sistema de *plantations* foi uma estrutura colonial que alterou completamente a vida nas ilhas e significou uma forma basilar de ocupação de terras, durante a colonização. Um conjunto cujo formato continha: propriedade privada, campo cultivado, oficinas, engenho, a casa grande e as senzalas, senhores de engenho e pessoas arrancadas dos países africanos para serem escravizados nas Américas e Caribe. Esse formato de ocupação das terras foi a infraestrutura central do projeto colonial (Ferdinand, 2022; Li, 2018).

O habitat colonial constitui uma forma de organização socioeconômica que acarreta uma dupla fratura na relação entre os seres humanos e o meio ambiente. No cerne desse habitat encontram-se as *plantations*, sistemas agrícolas de grande escala que foram responsáveis por profundas transformações ecológicas e sociais. A primeira experiência desse modelo pode ser observada na Ilha da Madeira no século XV, tendo sido replicada nas Ilhas Caribenhas, onde a paisagem sofreu alterações drásticas devido à introdução da monocultura das especiarias de algodão, índigo, café e açúcar (Ferdinand, 2022).

Para Ferdinand (2022), a implementação das *plantations* esteve intrinsecamente associada a um sistema "violento, patriarcal e misógino". A conversão forçada das Ilhas Caribenhas em extensas áreas de cultivo resultou numa destruição ambiental massiva, num processo descrito por ele como uma

"revolução biológica". Essa transformação não apenas modificou irremediavelmente os ecossistemas pré-existentes, mas também consolidou um modelo de exploração intensiva da terra e da força de trabalho, com consequências irreversíveis para as populações nativas e para os africanos escravizados.

A *plantation* representa uma dupla fratura da modernidade, na medida em que não só impôs um modelo econômico extrativista, como também consolidou uma estrutura de dominação colonial. O habitat colonial operou como uma engenharia ecológica das paisagens terrestres, beneficiando sobremaneira os colonizadores europeus. Esse modelo pode ser compreendido como um imperialismo ecológico, socioeconômico e político, cujas repercussões implicaram na subjugação de seres humanos e não humanos à lógica de exploração das *plantations* (Ferdinand, 2022).

Para além disso, Ferdinand argumenta, ainda, que essa estrutura colonial corresponde a um imperialismo ontológico, na medida em que impôs uma concepção singular da terra e das relações entre os seres vivos. A monocultura não apenas explorou a natureza enquanto recurso comercial, mas também redefiniu a própria percepção do que é a terra e de quais são os papéis desempenhados pelos seres humanos e não humanos dentro desse ecossistema transformado.

O conceito de "matricídio das plantations", proposto por Ferdinand (2022), ilustra como esse habitat colonial subverteu a visão tradicional da terra como entidade materna. A *plantation*, ao converter a terra num mero instrumento de lucro, eliminou essa conexão simbiótica e espiritual que existia entre os povos colonizados e o meio natural. Ferdinand afirma que a matriz colonial das *plantations* resultou num verdadeiro "matricídio", ao reduzir a terra a um objeto de exploração intensiva para fins de exportação e enriquecimento dos acionistas ultramarinos e dos colonizadores.

Dessa forma, o sistema das *plantations* não se limitou a uma prática econômica do período colonial, mas constituiu uma profunda ruptura estrutural na relação entre sociedade e natureza, impondo um modelo de exploração predatório cujas consequências permanecem evidentes até à contemporaneidade, bem como o próprio formato das *plantations* continua a ser replicados em diversos lugares do mundo. Como bem tratou Anibal Quijano (2005), o fim do colonialismo na América Latina não pôs fim aos dispositivos da colonialidade.

Consoante releitura do conceito de necropolítica de Mbembe (2018b), Almeida (2022) reflete acerca das experimentações biopolíticas e bioeconômicas brutais e desumanizantes da *plantation*, que implicaram na tripla perda sublinhada pelo autor camaronês: perda de um lar (território invadido e desconfigurado), perda de controle do próprio corpo por parte dos sujeitos subalternizados (imobilização e controle repressor da força de trabalho), e perda de estatuto político (negação da cidadania e do acesso a direitos).

Na atualidade, os monocultivos ganharam novas dinâmicas e foram reestrtuturadas para atenderem ao grande capital. É o caso que ocorre no Vale do Acará na Amazônia Paraense, com os monocultivos de dendezeiros. Ali se verifica uma concatenação de políticas agrominerais atreladas a estratégias globalizadas de desenvolvimento, que incluem incentivos fiscais, produção de azeite de dendê e de palmiste para diversos usos, prospecção de substâncias minerais, conservação ambiental empresarial, venda de créditos de carbono e projetos de infraestrutura e logística (Silva, 2020).

A seguir, trataremos a questão das plantations modernas de dendê no nordeste paraense e suas consequências para os territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais, tais como os indígenas, ribeirinhos e quilombolas. A dendeicultura promove reconfigurações do espaço, tal como analisado por Tania Li (2018) na Indonésia. Aqui podemos também observar: apropriação de terras e destruição ambiental; conflitos socioambientais e socioterritoriais; condições desiguais entre empresas e pequenos agricultores; e trabalho precário e exploração da mão de obra.

3.1 Assassinatos, disputas, criminalização e territórios étnicos sob ocupação corporativa

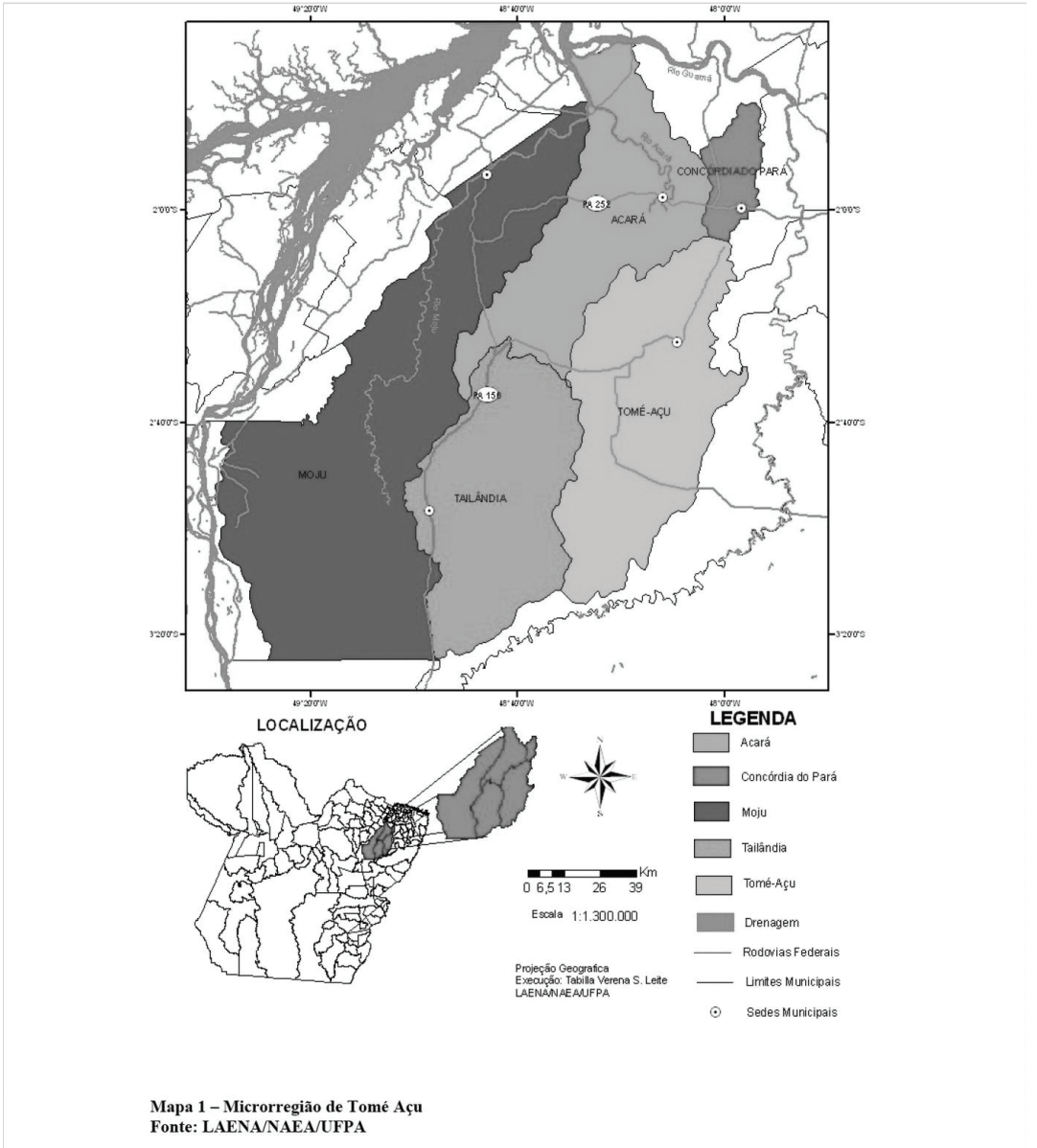
Desde 1987, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem utilizado a subdivisão dos estados brasileiros em mesorregiões e microrregiões geográficas como um instrumento metodológico para a organização do território e para a análise das particularidades regionais. Essa estruturação busca facilitar a compreensão das dinâmicas ambientais, socioeconômicas e topográficas de cada região, proporcionando informações relevantes para o planejamento territorial e para a formulação de políticas públicas.

No estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, essa subdivisão resultou na criação de seis mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense e Sudeste Paraense. Cada uma dessas mesorregiões é composta por diversas microrregiões, que englobam múltiplos municípios e apresentam particularidades econômicas e sociais distintas (Cordeiro; Arbage; Schwartz, 2017).

A mesorregião do Nordeste Paraense, conforme dados do IBGE, é composta por cinco microrregiões: Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açu. Essa mesorregião apresenta uma infraestrutura viária relevante, sendo atravessada por rodovias federais como a BR-010, conhecida como Bernardo Sayão ou Belém-Brasília, a BR-316, que conecta o Pará ao Maranhão, e a BR-222. Além disso, há rodovias estaduais de grande importância para a circulação regional, como a PA-253 e a PA-252 (Rodovia da Laranja e Irituia), a PA-252 (que liga Mãe do Rio a Concórdia do Pará), a PA-127 (que conecta a BR-010 à BR-316), a PA-140 (que interliga Concórdia do Pará à BR-316) e a PA-256 (que interliga a rodovia BR-010 à PA-150) (Cordeiro; Arbage; Schwartz, 2023).

Dentre as microregiões do Nordeste Paraense, a de Tomé-Açú – ou sua variante denominação Vale do Acará – é composta pelos municípios de Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açú. Essa subdivisão administrativa, que na concepção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permite um melhor direcionamento das estratégias de desenvolvimento regional, considerando as especificidades de cada localidade e auxiliando na formulação de políticas públicas mais eficazes (IBGE, 2021). A seguir o mapa da região amazônica que forma a microrregião de Tomé-Açu:

Figura 2 – Municípios da microrregião de Tomé-Açu



Mapa 1 – Microrregião de Tomé Açu
Fonte: LAENA/NAEA/UFPA

Fonte: Adaptado de Andrade, 2009, p. 43.

No Vale do Acará, destaca-se a forte presença de territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, agricultores familiares e ribeirinhos. No âmbito dos municípios de Tomé-Açu e Acará podemos citar dois dos povos tradicionais que estão com seus territórios atravessados pelos empreendimentos de dendê: os quilombolas, representados pela Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombolas do Alto-Acará (AMARQUALTA), e os indígenas das etnias Tembé e Turiwara.

Esses povos viram a sua realidade ser completamente alterada quando os projetos de monocultivos do dendê se espalha-

ram em seus territórios, provocando mortes, violências e criminalizações de lideranças. Esses grupos vivem sob a pressão de serem expropriados de suas terras e territórios, além de serem afetados por danos ambientais sociais e simbólicos, em decorrência do agronegócio do dendê. De modo frequente, o desenvolvimento da dendeicultura abarca a apropriação violenta de terras, muitas vezes com o apoio de políticas governamentais e empresas transnacionais, que desconsideram os direitos territoriais e culturais das populações locais (Silva, 2020).

O caso que ocorre no Vale do Acará, enfatizando o fenômeno em Tomé-Açu e Acará, e que compõem a microrregião de Tomé-Açu (Figura 3), é o da captura verde por meio de monocultivos de dendê, o qual obstrui e estaciona processos de territorialização desses povos tradicionais, intrusando suas territorialidades específicas. Nesse movimento de fronteira, irrompem os conflitos territoriais e socioambientais (Marín; Silva; Saavedra, 2023).

Desde a década de 1980 até os dias atuais, os conflitos socioambientais se intensificam com o aumento da produção de óleo de palma, resultando na dispersão das famílias desse território, mortes de lideranças indígenas e quilombolas, famílias que passam por um processo de expropriação, deslocamentos compulsórios, interdições, controles do ir e vir e muitas ameaças cotidianas. As relações sociais, culturais e econômicas foram profundamente alteradas, trazendo danos e prejuízos ao seu território em decorrência da "guerra pelo dendê".

A Brasil Biofuels (BBF) é uma das maiores empresas das Américas e que estão trabalhando com monocultivos do dendê no nordeste paraense. Ela é classificada como a segunda maior em termos de quantidade de plantações de palma de óleo, e é igualmente envolvida em conflitos agrários com os povos indígenas Tembé e quilombolas. Os dendezais, comprados pela BBF em 2020, cobrem os dois lados da estrada de terra que leva aos territórios dos povos e comunidades tradicionais. As delimitações dos dois territórios (Tomé-Açu e Acará,) estão em disputa na Justiça. As famílias quilombolas aguardam há mais de 10 anos pela titulação das duas áreas. Já os Tembé requerem, desde 2016, a ampliação da terra indígena de 147 hectares, demarcada há 30 anos (Silvério, 2023).

Em agosto de 2023, com o grave acirramento dos conflitos e durante o evento Cúpula da Amazônia, ocorre a IV Reunião dos Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica, com a participação dos oito países signatários do instrumento (Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela), ademais de representantes de países convidados e de organismos internacionais, incluindo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA, 2023). Nesse evento, houve novo confronto, com a Agropalma e BBF, em Tomé-açu. Na primeira semana do mês, cinco indígenas Tembé foram gravemente alvejados por armas de fogo (baleados) por seguranças particulares que fazem a escolta armada da BBF. A empresa justificou acusando-os de "invasores" (Marín; Silva; Saavedra, 2024).

Em decorrência desse acirramento, representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Ministério Público do Trabalho (MPT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), observadoras da Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações preocupadas com a escalada dos conflitos envolvendo comunidades tradicionais e empresas de óleo de palma na região, foram ao local dos conflitos para melhor apu-

rar os fatos. No período do deslocamento do município de Belém até o distrito de Quatro Bocas (Tomé-Açu), em meio à Cúpula da Amazônia, a comitiva recebeu a grave notícia que foram baleados outros três jovens, da Aldeia Pytawã e Aldeia Turé Mariquita, após manifestação realizada pelos indígenas na portaria de uma das fazendas da empresa BBF. Uma das vítimas, a jovem Elaine Tembé, recebeu um tiro no pescoço e enfrentou um delicado processo de recuperação (Silvério, 2023).

Outros episódios violentos, documentados e divulgados, nacional e internacionalmente, aludem aos conflitos territoriais e étnicos entre indígenas Turiwara-Tembé, quilombolas e a empresa Agropalma S.A., detentora de mais de 107 mil hectares na fronteira dos municípios de Acará, Tomé-Açu, Tailândia e Moju. Mediante o emprego de um conjunto de dispositivos raciais continuadamente renovados, o grande empreendimento da *plantation* do dendê no Alto Acará tem promovido deslocamentos compulsórios, expropriação, grilagem de terras públicas, pistolagem, técnicas de panoptismo (drones, câmeras de vigilância, torres de controle, guaritas), cercamentos físicos e simbólicos, estigmatização, interdições à livre circulação, trabalho degradante, trincheiras e barricadas. Trata-se de uma guerra literal e não metafórica, como tem insistido autores como Marín, Silva e Saavedra (2023; 2024), ancorada em táticas de terrorismo empresarial e de *greenwashing*.

No bojo da situacionalidade desses conflitos territoriais e étnicos, tem emergido insurgências sob a forma de mobilizações políticas de indígenas e quilombolas que reivindicam junto ao Estado o reconhecimento de suas demandas que incluem reconhecimento e redistribuição. Evocando uma política de identidade pautada na autoidentificação e na autodeterminação, mapeiam suas próprias territorialidades específicas, revigoram os sentidos atribuídos a si e ao território, criam formas autônomas de autogoverno e procedem a retomar os territórios que tradicionalmente ocupavam e de onde foram compulsoriamente expulsos no passado.

Considerações parciais finais

A Amazônia desempenha um papel central na definição de agendas globais relacionadas à cooperação, governança e financiamento para o desenvolvimento sustentável. Considerada essencial para a sobrevivência do planeta, principalmente no contexto das mudanças climáticas e catástrofes ambientais, a região é alvo de propostas de desenvolvimento baseadas na bioeconomia. Essa alternativa, defendida pelo governo federal e pelo estado do Pará, busca implementar critérios de sustentabilidade que justifiquem um modelo econômico alinhado à transição energética verde. Um exemplo dessa bioeconomia é a dendeicultura no nordeste paraense, onde o óleo de palma é promovido como fonte de energia renovável para substituir combustíveis fósseis.

O cultivo do dendê na América Latina segue diferentes trajetórias: expansão por pequenos agricultores, sistemas mistos e agronegócios de larga escala. No Brasil, Colômbia e Guatemala, o modelo predominante é o agronegócio, resultando em violações de direitos em territórios indígenas e quilombolas, especialmente na região de Tomé-Açu, no Pará. Diversos planos e políticas, como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PESOP), RenovaBio e o Plano ABC+, têm orientado essa expansão. Essa

política de transição energética promove parcerias público-privadas que expandem o cultivo de dendê na Amazônia paraense.

O polo de produção de dendê no Pará inclui municípios como Tailândia, Moju, Acará, Tomé-Açu, Concórdia do Pará e Castanhal. Grandes empresas, como Agropalma, Brasil BioFuels (BBF), Belém Bioenergia e Marborges Agroindústrias, destacam-se pelo volume de produção. Entretanto, essa expansão baseada em *plantations* modernas, que refletem um modelo econômico colonial, ignoram as formas de vida dos povos tradicionais e promove um desequilíbrio socioambiental. Esse processo de exploração resulta em uma "dupla fratura" nas relações entre seres humanos e meio ambiente, agravando conflitos territoriais e violações de direitos na região.

As políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal estão vinculadas a projetos que abrangem serviços florestais e iniciativas do setor agroindustrial. A chamada bioeconomia, impulsionada pela narrativa do governo, grandes empresas e empreendimentos, busca apresentar soluções para crises ambientais e climáticas, fundamentando-se na mercantilização e privatização dos recursos naturais e da própria natureza. Esse modelo de desenvolvimento sustentável é frequentemente associado ao uso intensivo de biotecnologia industrial, visando maximizar a exploração econômica dos recursos disponíveis.

Nesse contexto, a dendeicultura surge como um exemplo concreto de reconfiguração dos espaços e territórios onde se instala. Esse modelo produtivo promove apropriação de terras, destruição ambiental, geração de conflitos socioambientais e socioterritoriais, trabalho precário e exploração. Além disso, cria relações comerciais e contratuais desiguais na implementação das plantations de dendê, sobretudo no município de Tomé-Açu, no estado do Pará.

Territórios de comunidades quilombolas, como AMARQUALTA, e povos indígenas da etnia Tembé, são quase sempre ameaçados e invadidos pelas plantações de dendê. A escalada dos conflitos ocorre paralelamente à ausência de processos eficazes de regulação fundiária por parte dos órgãos competentes, agravando a disputa por territórios tradicionalmente ocupados e dificultando a garantia de seus direitos.

Referências

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. p. 46-85. *In* **Descolonizar o Imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento Organização: Gerhard Dilger, Miriam Lang, Jorge Pereira Filho 1. ed. brasileira, Fundação Rosa Luxemburgo São Paulo, 2016.

ALMEIDA, A. W. B. Novas plantations: efeitos brutais e desumanidade. Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, p. 197-205, 2022.

ALMEIDA, D.; KOLINJIVADI, V.; FERRANDO, T.; ROY, B.; HERRERA, H. GONÇALVES, M.; VAN-HECKEN, G. **The "Greening" of Empire:** The European Green Deal as the EU first agenda, Political Geography, v. 105, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2023.102925. Acesso em: 23 mar. 2025.

ANDRADE, L. C. G. **Programa nacional de produção e uso de biodiesel (PNPB) - possibilidades e limites do desenvolvimento econômico e da inclusão social para a agricultura familiar na Amazônia**: o assentamento Calmaria II, Moju (PA). 2009.

121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

ARQUIVO NACIONAL. **Dendê.** Glossário de História Colonial, (s.d). Disponível em: www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 27 fev. 2026.

BACKHOUSE, M. A desapropriação sustentável da Amazônia: o caso dos investimentos em dendê no Pará. **Fair Fuels? Working Paper**, n. 6, Berlim, 2013. Disponível em: https://d-nb.info/1276600720/34. Acesso em: 23 mar. 2025.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. 2. ed. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

CASTELLANOS-NAVARRETE, A.; CASTRO, F.; PACHECO, P. The impact of oil palm on rural livelihoods and tropical forest landscapes in Latin America. **Journal of Rural Studies**, v. 81, p. 294-304, jan. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.10.047. Acesso em: 23 mar. 2025.

CORDEIRO, I. M. C. C.; ARBAGE, M. J. C.; SCHWARTZ, G. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. (Org.). **Nordeste Paraense:** panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias. Belém, PA: EDUFRA, 2017, p. xx–xx. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1073623. Acesso em: 23 març..2025.

FARO, L. M. C. **QUILOMBO:** Análise (de) colonial da atuação do judiciário frente aos conflitos fundiários e a disputa pelo território. 2019. 391 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Pará, Belém.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial:** pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Ed., 2022.

FIORAVANTI, C. As terras imaginárias do Pará: 22,7 milhões de hectares de áreas particulares e 18,5 milhões de terrenos públicos só existem no papel. **Revista FAPESP**, n. 279, nov. 2022. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/as=-terras-imaginarias-do-para/#:~:text-Os%20resultados%20preliminares%20revelaram%2022,a%20área%20total%20dos%20municípios. Acesso em: 23 mar. 2025.

HOMMA, A. K. O. **Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, nov. 2016. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/150169/1/DOC-423-Ainfo.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

Leão, A. S.R. Viégas, S. A. L., & de Lima Bandeira, F. (2023). DINÂMICAS PRODUTIVAS DO DENDÊ NO ESTADO DO PARÁ. **Cadernos Cajuína**, *8*(3), e238309. Disponível em:< https://doi.org/10.52641/cadcaj-v8i3.106>. Acesso em: 27 fev. 2026.

LI, M. T. Social impacts of oil palm in Indonesia: A gendered perspective from West Kalimantan. **Occasional Paper**, n. 124. Bogor, Indonésia: CIFOR, 2015. Disponível em: https://www.cifor-icraf.org/knowledge/publication/5579/. Acesso em: 23 mar. 2025.

LI, M. T. After the land grab: infrastructural violence and the "Mafia System" in Indonesia's oil palm plantation zones. **Geoforum**, v. 96, p. 328-337, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2017.10.012. Acesso em: 23 mar. 2025.

MARÍN, R. E. A.; SILVA, E. P.; SAAVEDRA, M. P. Quilombolas e indígenas nos processos de territorialização no Alto Rio Acará. *In*: CARVALHO, A. C.; OLIVEIRA, O. M.; MOMBELLI, R. (orgs.). **Quilombos**: direitos

e conflitos em tempos de pandemia. Brasília: ABA Publicações, 2023. p. 102-125.

MARÍN, R. E. A.; ALMEIDA, A. W. B. **Boletim informativo:** Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. n. 9, set. 2014. Manaus: UEA Ed., 2014. Disponível em: https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/08/09-expansao-dende-para.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MBEMBE. A. **Necropolítica.** Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MONTEIRO, K. **O *Big Push* da Palma de Óleo na Amazônia Brasileira**: trabalho decente como modelo de negócio sustentável. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL/ONU). Disponível em: https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso56-PalmaDeOleoPara.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

MULLER, A. FURLAN, J. CELESTINO, P. A **Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/394940. Acesso em: 23 mar. 2025.

OTCA. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Conheça a Declaração de Belém assinada pelos países amazônicos na Cúpula.** 09.08.2023. Disponível em: https://otca.org/pt/conheca-a-declaracao-de-belem-assinada-pelos-paises-amazonicos-na-cupula/. Acesso em: 23 mar. 2025.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf . Acesso em: 23 mar. 2025.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, J. M. O. **O território quilombola do Alto Acará/PA como resistência à expansão do agronegócio do dendê.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Rio Claro/SP, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_601b104f3941877b2e87a08bdd237b54. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, E. P.; MARÍN, R. E. A. Apresentação. *In*: RAVENA, N.; MARÍN, R. E. A. (orgs.). **Amazônia**: as ameaças das políticas desenvolvimentistas. Belém: NAEA, 2021. p. 7-18. Disponível em: https://naea.website/editora-naea/Livros/isbn/978-85-7143-203-1.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, E. P.; MARÍN, R. E. A.; SAAVEDRA, M. P. C. **Dossiê indígenas Turiwara - Tembé no alto rio Acará**: direitos territoriais e étnicos. São Luís: EduUEMA, 2024.

SILVA, E. P. **Agroestratégias e monocultivos de dendê**: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense. 2015. 241 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará

(UFPA), Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7630. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, E. P. **Necrosaber e regimes de veridição: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia**. 2020. 379 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13997. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, E. P.; MAGALHÃES, S; FARIAS, A. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense. **Revista Campo-Território**, Uberlândia/MG, v. 11, n. 23, p. 165-195, jul. 2016. DOI: 10.14393/RCT112306. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30699. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVÉRIO, A. Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Durante a Cúpula da Amazônia, violência contra povos indígenas e comunidades tradicionais continua ocorrendo no Pará.** 11 ago. 2023. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6473-violencia-povos-indigenas-comunidades-belem-para-cndh. Acesso em: 23 mar. 2025.

SOSA, M.; HUZ, H. **Guatemala:** del despojo y la gestación de alternativa. Guatemala: Instituto de Estudios Superiores. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão/SE, n. 1. 2015, p. 328-343, 2015. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/Guatemala/ise/20180320012259/G.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

WATKINS, C. Palmeiras africanas em solos brasileiros: transformações socioecológicas e a construção de uma paisagem afro-brasileira. Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) **Revista De La Solcha**. v. 10, n. 1, p. 150-193, 2020. Disponível em: https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/437/376. Acesso em: 23 mar. 2025.

USDA. Foreign Agricultural Service. **Production – Palm Oil 2024-2025.** Estados Unidos. 2025. Disponível em: https://www-fas-usda-gov.translate.goog/data/production/commodity/4243000?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 23 mar. 2025.

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar a implantação da bioeconomia do dendê na Amazônia paraense, por meio do Plano Estadual de Bioeconomia. Ao fazer isso, focaremos a análise na microrregião de Tomé-Açu, especificamente o município do Acará, que faz parte do denominado "polo do dendê". As monoculturações do dendê aterrizaram em territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, e têm gerado apropriação, mudanças de paisagens e criminalização desses grupos. Nesse sentido, questiona-se: Como os processos de apropriação verde pela bioeconomia do dendê afetam territórios quilombolas? Em termos metodológicos, a pesquisa será desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, observação participante e análise etnográfica situacional com a Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombolas do Alto-Acará (AMARQUALTA). As parciais conclusões: a política bioeconômica surge no contexto de mudanças climáticas como nova racionalidade ecológica capaz de gerar um tipo de habitar colonial, o qual promove a financeirização das florestas, povos e modos de vida, como ocorre no quilombo em questão.

PALAVRAS-CHAVE

Bioeconomia. Dedê. Monoculturação. Captura verde. Povos tradicionais. Acará.

ABSTRACT

The research aims to analyze the implementation of an oil palm bioeconomy in the Pará Amazon through the Pará State Bioeconomy Plan. In doing so, we focus on the Tomé-Açu microregion, specifically the municipality of Acará, which is part of the so-called oil palm hub. The expansion of oil palm monocultures has taken hold in territories traditionally occupied by Indigenous peoples, riverine communities, and quilombola communities, generating appropriation, landscape transformations, and the criminalization of these groups. This raises the following question: How do processes of green grabbing linked to the oil palm bioeconomy affect quilombola territories? Methodologically, the study will be conducted through a literature review, participant observation, and situational ethnographic analysis in collaboration with the Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombolas do Alto-Acará (AMARQUALTA; Quilombola Residents and Farmers Association of Alto Acará). The preliminary conclusions are as follows: bioeconomic policy emerges in the context of climate change as a new ecological rationality capable of producing a colonial mode of inhabiting—one that promotes the financialization of forests, peoples, and ways of life—as observed in the quilombo under study.

KEYWORDS

Bioeconomy. Oil palm (dendê). Monocultures. Green grabbing. Traditional peoples. Acará.

Recebido em: 10/05/2025
Aprovado em: 22/07/2025